

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.284	29.013
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	4.554	3.610
Títulos e valores mobiliários	6	-	26
Impostos e contribuições a recuperar	7	349	1.194
Estoques		214	214
Despesas pagas antecipadamente		165	303
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	26.955	25.278
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>61.521</u>	<u>59.638</u>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	6	720	234
Impostos e contribuições a recuperar	7	28	30
Depósitos judiciais		96	17
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	8	21.444	23.383
Investimentos		101	101
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>22.389</u>	<u>23.765</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>83.910</u>	<u>83.403</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	833	1.294
Empréstimos e financiamentos	10	543	533
Taxas regulamentares	11	222	202
Impostos e contribuições a recolher	12	1.148	665
Dividendos e juros sobre capital próprio	13	65	51
Outros passivos circulantes	14	255	71
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.066</b>	<b>2.816</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	10	4.020	2.939
Taxas regulamentares	11	92	72
Provisões	15	31	-
Outros passivos não circulantes	14	51	73
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.194</b>	<b>3.084</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16		
Capital social		63.085	63.085
Reservas de lucro		5.700	4.951
Proposta de distribuição de dividendos adicional		7.865	9.467
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>76.650</b>	<b>77.503</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>83.910</b>	<b>83.403</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	17	34.643	35.127
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>		(17.607)	(14.544)
Custos de operação	18	(8.224)	(7.624)
Custos de construção	19	(9.383)	(6.920)
<b>LUCRO BRUTO</b>		17.036	20.583
Despesas com vendas	18	-	(817)
Despesas gerais e administrativas	18	(2.663)	(620)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		14.373	19.146
Receitas financeiras	20	3.449	2.582
Despesas financeiras	20	(484)	(368)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO</b>		17.338	21.360
Imposto de renda e contribuição social		(2.356)	(1.919)
Corrente		(2.356)	(1.919)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		14.982	19.441
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO</b>			
DO CAPITAL - R\$		0,24	0,31

A companhia não possui outros resultados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de Lucros</u>				<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros / Prejuízos Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	63.085	3.978	-	12.605	79.668
Lucro líquido do exercício	-	-	19.441	-	19.441
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(12.605)	(12.605)
Destinações:					
Reserva Legal	-	973	(973)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(9.001)	-	(9.001)
Dividendos propostos	-	-	(9.467)	9.467	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>63.085</u>	<u>4.951</u>	<u>-</u>	<u>9.467</u>	<u>77.503</u>
	<u>Reservas de Lucros</u>				<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros / Prejuízos Acumulados</u>	<u>Proposta de Distribuição de Dividendos adicional</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	63.085	4.951	-	9.467	77.503
Lucro líquido do exercício	-	-	14.982	-	14.982
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(9.467)	(9.467)
Destinações:					
Reserva Legal	-	749	(749)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(6.368)	-	(6.368)
Dividendos propostos	-	-	(7.865)	7.865	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>63.085</u>	<u>5.700</u>	<u>-</u>	<u>7.865</u>	<u>76.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do período (antes dos impostos)	17.338	21.360
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	170	168
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	30	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	817
	<u>17.603</u>	<u>22.345</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(1.009)	142
IR e CSLL a Recuperar	(482)	(628)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	622	(61)
Depósitos judiciais	(79)	(11)
Despesas pagas antecipadamente	138	(117)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	9.646	1.611
Outros ativos	-	4.434
	<u>8.836</u>	<u>5.370</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(461)	(1.914)
Encargos de dívidas	(160)	(167)
Taxas regulamentares	40	128
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.392)	(1.242)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	226	(230)
Coligadas e Controladas	-	(1.080)
Outros passivos	162	74
	<u>(1.585)</u>	<u>(4.431)</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>24.854</u>	<u>23.284</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(9.384)	(6.921)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(460)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	1.989
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(9.844)</u>	<u>(4.932)</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e financiamentos	1.607	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(526)	(526)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.820)	(25.789)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(14.739)</u>	<u>(26.315)</u>
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>271</u>	<u>(7.963)</u>
Caixa e equivalentes no início do período	29.013	36.976
Caixa e equivalentes no final do período	29.284	29.013
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u>271</u>	<u>(7.963)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	38.653	39.202
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65)	(817)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(1.313)	-
	<u>37.275</u>	<u>38.385</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(18.030)	(14.962)
	<u>(18.030)</u>	<u>(14.962)</u>
<b>Valor adicionado líquido</b>	<u>19.245</u>	<u>23.423</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	3.449	2.582
	<u>3.449</u>	<u>2.582</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>22.694</u></u>	<u><u>26.005</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.419	1.238
Imposto de renda e contribuição social	2.356	1.919
Obrigações intra-setoriais	2.717	2.958
Outros	649	57
<b>Subtotal</b>	<u>7.141</u>	<u>6.172</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	484	367
Aluguéis	87	25
<b>Subtotal</b>	<u>571</u>	<u>392</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos distribuídos	6.368	9.002
Dividendos propostos	7.865	9.467
Lucro retido (Reserva Legal)	749	972
<b>Subtotal</b>	<u>14.982</u>	<u>19.441</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><u>22.694</u></u>	<u><u>26.005</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

A Afluente T possui potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão. Em 15 de maio de 2011 e 20 de junho de 2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

Em 12 de abril de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 001/2010 da Afluente T, com vigência até agosto de 2027, que tem como objeto, estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Sua cláusula 7ª prevê mecanismo de revisão tarifária a cada 5 anos, a partir da sua data de assinatura, tendo, excepcionalmente a 1ª revisão ocorrido em 1º de julho de 2010, a próxima revisão tarifária está prevista para 01 de julho de 2015, com data base do laudo em 31 de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 – Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, inclusive derivativos, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras atendem também as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

### **2.3 – Reconhecimentos de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela transmissão de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

#### **a) Receita da concessão:**

##### **Receita de operação e manutenção**

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

##### **Receita de construção**

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### **Receita financeira da concessão**

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da Receita Anual Permitida (RAP), vide Nota 8.

#### **b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida pelo método do custo amortizado pela taxa efetiva com base no tempo e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. Adicionalmente, para os casos de ativos avaliados a valor justo por meio do resultado, também são efetuados ajustes de marcação a mercado desses ativos e reconhecidos no resultado financeiro.

#### **2.4 – Imposto de renda e contribuição social correntes**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidente sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### **Avaliação dos impactos da Lei 12.973/14**

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015 e a Companhia elaborou estudo sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Companhia decidiu não antecipar os efeitos da referida Lei para o ano de 2014.

## **2.5 - Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.6 – Instrumentos financeiros**

### **a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Os ativos financeiros da Companhia são apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### **a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

▪ Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

**a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

**b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

**b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

**c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## **2.7 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **2.8 – Contas a receber de clientes e outros**

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos clientes vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

## **2.9 – Títulos e valores mobiliários**

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

## **2.10 – Recebíveis de concessão de serviço público**

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2.11 – Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos

## **2.12 – Taxas Regulamentares**

### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais às concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013. Apenas as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação. A Companhia não está enquadrada na desobrigação visto que sua concessão foi outorgada após a publicação da Lei nº 8.987/95.

### **b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

### **c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### **d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## **2.13 - Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que no mínimo 25% do lucro líquido anual seja declarado a título de dividendos, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, contendo projeção dos fluxos de resultado que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

#### **2.14 – Provisões**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências regulatórias e trabalhistas que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.15 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

#### **2.16 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### **2.17 – Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto relevante sobre a Companhia.

## **2.18 - Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

## **3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### Julgamentos significativos na aplicação das políticas contábeis

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Nota 5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 14 – Provisões;

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e Depósitos bancários à vista	53	15
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	29.231	28.998
	<u>29.284</u>	<u>29.013</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, (participação somente das empresas do grupo). As aplicações nos ativos visam melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2014	2013
Títulos a receber	(a)	5.436	4.427
Terceiros		3.713	3.012
Partes relacionadas ( Nota 21 )		1.723	1.415
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(882)	(817)
Total		<u>4.554</u>	<u>3.610</u>
Circulante		4.554	3.610

(a) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP) e Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba.

(b) A Companhia registrou provisão de crédito de liquidação duvidosa para os títulos com vencimentos superiores há 365 dias.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2014	2013
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	(a)	CDI	720	260
Total				<u>720</u>	<u>260</u>
Circulante				-	26
Não circulante				720	234

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com vencimento em abril de 2017.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2014	2013
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	37	253
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	46	55
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	-	391
Programa de integração social - PIS	(c)	3	32
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	15	135
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(d)	248	328
		<u>349</u>	<u>1.194</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	28	30
		<u>28</u>	<u>30</u>
Total		<u>377</u>	<u>1.224</u>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados.

- (b) Créditos não realizados que foram baixados em 2014.
- (c) PIS e COFINS a compensar referente ao recolhimento indevido e/ ou a maior decorrente da apuração do regime cumulativo estabelecido pela Lei 9.718/98 e retenção na fonte referente a serviços prestados.
- (d) Corresponde ao INSS retido sobre os contratos de operação entre a Companhia e a coligada Itapebi.

## **8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	Ref	2014	2013
Recebíveis	a)	48.277	48.642
Indenização	b)	122	19
Total		<u>48.399</u>	<u>48.661</u>
Circulante		26.955	25.278
Não circulante		21.444	23.383

- a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).
- b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação, conforme quadro abaixo:

<b>Indenização</b>	Dez/2014
Indenização no final da concessão	28.765
Tempo residual da concessão (meses)	152
TIR	3,66%
Parcela mensal descontada	<u>122</u>

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

Saldos em 01 de janeiro de 2013	43.351
Adições	6.921
Amortização/reversão	(24.965)
Atualização monetária / valor justo	23.354
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>48.661</u>
Adições	9.384
Amortização/reversão	(31.027)
Atualização monetária / valor justo	21.381
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>48.399</u>

## 9. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fornecedores	2014	2013
Materiais e serviços	833	1.294
Terceiros	833	307
Partes relacionadas (Nota 21)	-	987
Total	833	1.294
Circulante	833	1.294

A Afluente T mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía valores em aberto com a Neoenergia O&M, pois foram quitados no período corrente.

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Taxa	Encargos	Principal		Total	
		Efetiva	Circulante	Circulante	Não circulante	2014	2013
<b>Moeda nacional</b>							
Banco do Brasil	(a)	4,5% a.a	6	525	2.412	2.943	3.472
			6	525	2.412	2.943	3.472
Banco do Brasil		6% a.a	12	-	1.608	1.620	-
			12	-	1.608	1.620	-
<b>Total</b>			18	525	4.020	4.563	3.472

(a) A Companhia possui um financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluente T que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2014	2013
	Total	Total
	líquido	líquido
2015	-	526
2016	593	526
2017	727	526
2018	727	526
2019	727	526
2020	509	309
Após 2020	737	-
Total obrigações	4.020	2.939
Total	4.020	2.939

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está apresentada abaixo:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	533	3.465	3.998
Encargos	167	-	167
Transferências	526	(526)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(693)	-	(693)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	533	2.939	3.472
Ingressos	-	1.607	1.607
Encargos	169	1	170
Transferências	527	(527)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(686)	-	(686)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	543	4.020	4.563

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

## 11. TAXAS REGULAMENTARES

A Composição do saldo é como segue:

	Ref.	2014	2013
Reserva Global de Reversão – RGR		74	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		29	23
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(a)	-	113
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	189	72
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		9	8
Ministério de Minas e Energia - MME		13	10
Total		314	274
Circulante		222	202
Não circulante		92	72

(a) Despesa com PROINFA paga no mês corrente.

(b) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008 e 316/2008.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A Composição do saldo é como segue:

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	150	192
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	198	152
Programa de integração social - PIS	19	19
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	89	87
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	221	9
Imposto sobre serviços - ISS	412	196
Impostos e contribuições retidos na fonte	59	10
<b>Total</b>	<b>1.148</b>	<b>665</b>

## 13. DIVIDENDOS

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
<u>2014</u>			
RCA de 27 de fevereiro de 2014	Dividendos	9.466	0,1500618700
RCA de 18 de setembro de 2014	Dividendos	6.368	0,1009411336
		<u>15.834</u>	
<u>2013</u>			
AGO/E de 29 de abril de 2013	Dividendos	16.807	0,2664164610
RCA de 22 de agosto de 2013	Dividendos	9.001	0,1427073186
		<u>25.808</u>	

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u></b>		
Ações ordinárias	63.085	63.085
Total	<u>63.085</u>	<u>63.085</u>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u></b>		
Lucro líquido do exercício	14.982	19.441
Constituição da reserva legal	(749)	(973)
Base de cálculo do dividendo	<u>14.233</u>	<u>18.468</u>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u></b>	<u>3.558</u>	<u>4.617</u>
<b><u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u></b>		
Dividendos intermediários	6.368	9.001
Dividendos propostos	7.865	9.467
<b>Total Bruto</b>	<u>14.233</u>	<u>18.468</u>

A formação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	4.232
Declarados	21.608
Pagos no período	<u>(25.789)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51
Declarados	15.834
Pagos no período	<u>(15.820)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>65</u>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. OUTROS PASSIVOS

A formação do saldo é como segue:

	2014	2013
Caução em garantia	144	135
Partes relacionadas	14	6
Outras	148	3
Total	<u>306</u>	<u>144</u>
Circulante	255	71
Não circulante	51	73

#### 15. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências	
	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-
Constituição	30	30
Atualização	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>31</u>	<u>31</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

##### Trabalhistas

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor atualizado		Expectativa de perda	Valor provisionado	
					2014	2013
Ex-empregados da Companhia	(a)	31	1ª, 2ª e 3ª	Provável	31	-
Total		<u>31</u>			<u>31</u>	<u>-</u>

(a) Ação trabalhista movida pelo sindicato referente a ex-funcionários que pleiteiam o recebimento de diversas verbas trabalhistas.

#### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 63.085 dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:



**AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00%</b>

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>100,00%</b>

### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

## 17.RECEITA LÍQUIDA

Ref.	Acumulado	
	2014	2013
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	7.859	8.755
Receita de concessão	21.381	23.354
Receita de construção da infraestrutura da concessão	9.383	6.920
Outras receitas	30	173
<b>Total receita bruta</b>	<b>38.653</b>	<b>39.202</b>
(-) Deduções da receita bruta	(a) (4.010)	(4.075)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>34.643</b>	<b>35.127</b>

### (a) Deduções da receita bruta

	Acumulado	
	2014	2013
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(253)	(221)
COFINS	(1.166)	(1.017)
ISS	-	(11)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(732)	(563)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(157)	(217)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(301)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(363)	(314)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.339)	(1.431)
<b>Total</b>	<b>(4.010)</b>	<b>(4.075)</b>

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2014		2013	
Custo / Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(78)	-	(78)	(123)
Serviços de terceiros	(7.275)	(997)	(8.272)	(7.514)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(126)	-	(126)	(132)
Arrendamentos e aluguéis	(78)	(9)	(87)	(25)
Tributos	(444)	(205)	(649)	(46)
Provisões líquidas - PCLD	-	(65)	(65)	(817)
Provisões líquidas - contingências	-	(29)	(29)	-
Outros ganhos / perdas / alienação / cancelamentos / desativação	-	(1.313)	(1.313)	-
Outros	(223)	(45)	(268)	(404)
Total custos / despesas	<u>(8.224)</u>	<u>(2.663)</u>	<u>(10.887)</u>	<u>(9.061)</u>

## 19.CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2014		2013	
Custo / Despesas	Custos dos	Despesas gerais	Total	Total
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(9.383)	-	(9.383)	(6.920)
Total custos / despesas	<u>(9.383)</u>	<u>-</u>	<u>(9.383)</u>	<u>(6.920)</u>

Constituição do custo de construção, de acordo com ICPC 01, a qual estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços prestado de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

## 20.RESULTADO FINANCEIRO

Receita Financeira	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	3.266	2.579
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	4	3
Outras receitas financeiras	179	-
Total	<u>3.449</u>	<u>2.582</u>

Despesa Financiera	2014	2013
Encargos de dívida	(171)	(166)
Variação monetária	(87)	-
Outras despesas financeiras	(226)	(202)
Total	<u>(484)</u>	<u>(368)</u>

**AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	2014				2014				2013				2013			
		Ativo			Passivo				Ativo			Passivo				
		Não			Não				Não			Não				
Ref.	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
Controladas																
NEOENERGIA S.A				-			-	-	-	-	-	-	-	-		
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.				-			-	-	-	-	-	-	-	-		
COELBA	13867	1.674		1.674		14	14	-	1.376	-	1.376	-	6	6		
CELPE	206	27	280	307				-	17	91	108	-	-	-		
COSERN	72	7		7				-	12	-	12	-	-	-		
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	56	444		444				-	5	143	148	-	-	-		
TERMOPERNAMBUCO S/A	77	6		6				-	7	-	7	-	-	-		
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	-4820			-			-	-	-	-	-	987	-	987		
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	6			-			-	-	1	-	1	-	-	-		
	9.464	2.158	280	2.438	-	14	14	-	1.418	234	1.652	987	6	993		
Controle conjunto																
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	53	4		4				-	4	-	4	-	-	-		
	67	4	-	4	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-		
Controladores																
Outros minoritários					65		65	-	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	65	-	65	-	-	-	-	-	-	-		
	9.531	2.162	280	2.442	65	14	79	-	1.422	234	1.656	987	6	993		

	2014				2014				2013				2013			
		Ativo			Passivo				Ativo			Passivo				
		Não			Não				Não			Não				
Ref.	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	Resultado	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total		
Receita	14.420							-								
Fornecimento de energia elétrica								-								
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	14.394							-								
Outras receitas	26							-								
Outras receitas financeiras								-								
Despesa	(4.889)							-								
Serviços de terceiros	(4.889)							-								
Outras despesas financeiras								-								
Ativo		2.162	280	2.442					1.422	234	1.656					
Titulos e valores mobiliários		440	280	720					7	234	241					
Contas a receber de clientes e outros	(a)	1.722		1.722					1.415	-	1.415					
Passivo					65	14	79					987	6	993		
Fornecedores							-					987	-	987		
Dividendos e juros sobre capital proprio					65		65					-	-	-		
Outros passivos						14	14					-	-	-		
Debêntures							-					-	6	6		
	9.531	2.162	280	2.442	65	14	79	-	1.422	234	1.656	987	6	993		

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve remuneração dos administradores na companhia.

## **22. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### **Considerações gerais e políticas**

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

### **Gestão do Capital Social**

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Recebíveis de Transmissão – Composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Estão mensurados pelo custo amortizado dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Os empréstimos e financiamentos são contratados em moeda nacional e classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão mensurados pelo custo amortizado, refletindo seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

#### **Valor justo**

O valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos na Nota 2.10. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>52.953</b>	<b>52.953</b>	<b>52.271</b>	<b>52.271</b>
Contas a receber de clientes e outros	4.554	4.554	3.610	3.610
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	48.399	48.399	48.661	48.661
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>30.004</b>	<b>30.004</b>	<b>29.273</b>	<b>29.273</b>
Caixa e equivalentes de caixa	29.284	29.284	29.013	29.013
Títulos e valores mobiliários	720	720	260	260
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>5.396</b>	<b>5.396</b>	<b>4.766</b>	<b>4.766</b>
Fornecedores	833	833	1.294	1.294
Empréstimos e financiamentos	4.563	4.563	3.472	3.472

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto no CPC 40(R1):

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	53	29.231	-	29.284
Títulos e valores mobiliários	-	720	-	720

### Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Riscos de mercado
- Risco de taxa de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	10,81%	29.951	3.277	2.458	1.639

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 29.231 em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>									
Empréstimos e financiamentos	4.563	8.944	-	741	2.833	2.326	851	814	1.379
Fornecedores	833	833	-	833	-	-	-	-	-

- Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da atividade realizada pela Companhia existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

O risco surge da possibilidade da Companhia / Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. Para os ativos financeiros oriundos da atividade das Transmissoras existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Este risco também é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2014	2013
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29.284	29.013
Títulos e valores mobiliários	720	260
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	5.436	4.427
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissora:	48.399	48.661

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 23.SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08.10.2014 a 08.10.2015	67.987	50
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08.10.2014 a 08.10.2015	50.000	12

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

- Apólice de Seguro de Riscos Operacionais – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo “all risks”) exceto os expressamente excluídos na apólice.
- Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral – cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.000.